

Agenda para os avanços sociais

Para o economista Marcelo Nery, país precisa elevar produtividade e fazer ajuste fiscal

RENÉ GARCIA JR.

rene.garciajr@jb.com.br

Para o Diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), economista Marcelo Neri, é necessário admitir que parte dos ganhos alcançados nos últimos anos precisa ser entregue para que o país saia da crise e volte a crescer de forma sustentável. Quando dirigia o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), no primeiro governo Dilma, Neri cunhou a expressão “nova classe média” para se referir à expansão da Classe C. Hoje tem visão mais clara: “o que facilitou a ascensão desta classe foi o C da carteira assinada, que cresceu desde o governo Lula e abriu a uma massa de trabalhadores as portas do crédito e do consumo”. Infelizmente, a recessão e o desemprego criaram uma descentente na montanha russa.

Ele define a situação em dois períodos distintos. Apesar do PIBinho de 2012 e da economia andar de lado até 2014, o ano da reeleição foi o ápice da ascensão, com a taxa de bem estar crescendo de 6% a 7% ao ano. “Depois veio a desgraça” e até meados de 2016, ponto máximo da crise, o país perdeu quase três milhões de empregos com carteira assinada. Nos dois anos de forte queda da renda (2015 e 2016), houve aumento da desigualdade. O que não acontecia desde 1989, recorde da desigualdade.

Por isso o consumo das famílias, cresce menos do que se esperava. A renda média do brasileiro está crescendo, mas está mais concentrada, o que não favorece o consumo. Com a expectativa de crescimento do PIB para 2018 em 3%, Nery afirma que a renda já voltou a crescer: “a taxa média atual é 3,6% maior do que no começo de 2017”.

Mas o resultado se deve basicamente à queda dos preços dos alimentos e do choque dos juros, de 2016. Com a recomposição da renda, também voltou a crescer a desigualdade.

Neri mantém o encantamento com a capacidade que o país teve de crescer, aumentar a renda média e, ao mesmo tempo, diminuir a desigualdade social. “Essa foi a beleza do caso brasileiro. O que temos hoje é um país melhor, mas talvez não seja o verdadeiro”, lamenta. O país esqueceu de ajustar a agenda econômica ao processo de avanço social, acrescenta. A renda aumentou, mas a produtividade não. Pior, avançou mais nas classes de trabalhadores menos qualificados, um grupo que, pela lógica econômica mundial, pode ser obrigado a perder o ganho anterior da renda porque não tem como ser mais produtivo no curto prazo.

A alternativa é que outros segmentos da sociedade estejam dispostos a aumentar a sua contribuição para evitar o retrocesso que pode fazer o país voltar a ser mais desigual. Por ora, não é o que está acontecendo. “Estamos indo em direção ao muro, as pessoas estão avisando, e continuamos como se não houvesse amanhã”, lamenta. Em conversa com o JORNAL DO BRASIL, Nery diz que o maior desafio do Brasil hoje é reconectar a agenda social e econômica, e a continuidade das reformas. Para ele, as duas grandes questões econômicas do país são produtividade e ajuste fiscal, que precisam ser resolvidas. “Está faltando uma responsabilidade econômica básica para transformar a notícia em uma boa notícia duradoura”, diz. Principais trechos da entrevista:

Avanços. Temos a visão de que o Brasil não avançou muito nos últimos anos e que, devido à recessão e ao desemprego, do ponto de vista social, tenha avançado de modo insustentável, só na parte da renda (média). Penso diferente. Se pegarmos o mapa de desenvolvimento humano, no mundo, apenas pelas cores, vemos que o Brasil tinha cores africanas há 20 anos e houve transformação social muito grande. O problema é que tivemos a agenda social desconectada da agenda econômica. O social foi bem, mas não tivemos a responsabilidade econômica de fazer a reforma da previdência, e de pensar em produtividade.

Educação. A educação avançou com baixa qualidade. Aumentamos o acesso à escola de forma positiva. Em 1990, tínhamos 16% das crianças de sete a 14 anos fora da escola. Hoje, temos menos de 2%. Aumentou a escolaridade, mas a produtividade não. Em 1980, a produtividade do Brasil era igual à da Coreia. Hoje é de um terço por vários fatores: escolaridade, falta de conexão com a economia, ambiente de negócios, carência de engenheiros etc. O Brasil seguiu agenda (que tem seus méritos) de educação pela cidadania, e não pela produtividade. A agenda social está desconectada do econômico.

Previdência. A expectativa de vida aumentou, mas não fizemos a reforma da previdência. Gastamos 13% do PIB com previdência e o Japão, a nação mais longeva do mundo, gasta 10%. Com o agravante de que vamos multiplicar por cinco nossa população de idosos em 50 anos.

Salário mínimo. O salário mínimo é visto como política social, sendo usado para indexar todos os programas sociais, da Previdência aos estados e municípios, com exceção do Bolsa Família. Isso gera efeito fiscal estrangulador. Tem impacto de inclusão social, mas custa muito. E vamos ter um impacto demográfico cumulativo. Além de gastar mais com previdência, com 86% dos benefícios iguais ao salário mínimo. E aumentará mais no futuro.

Pesquisa&Desenvolvimento. Participamos agora de uma pesquisa sobre P&D na América Latina. O Brasil tem um gasto invejável, é quase ao da Espanha. Só que não é efetivo. Não temos o dinheiro que têm os países ricos, mesmo como proporção do PIB, mas para países do nosso nível a gente gasta. Só que falta conexão com a prática econômica. Aumentamos a produção acadêmica, mas não o número de patentes.

Uma política para os serviços. Quando falamos de economia, falamos de vários setores. A indústria tem problema de produtividade. Na agricultura, somos a fazenda do mundo mesmo. Conseguimos ter vários avanços importantes, na agricultura e na atividade extrativa mineral, com Petrobras, pré-sal e outras empresas. O Brasil tem essa vocação e a produtividade cresce. O maior empregador no Brasil é o setor de

serviços, que responde por cerca de 70% do PIB e a maior parte dos empregos. Porém, costumamos falar de necessidade de política industrial, de política agrícola. Não se fala de política de serviços. No fundo, estamos mexendo o rabo do cachorro e não o cachorro.

Política errada. O Brasil fez política industrial, mas errado. Fez toda aquela intervenção na época da crise, com os bancos públicos. Mas foi mantida além do tempo que deveria e gerou desequilíbrio muito grande porque, como a taxa de juros é alta, qualquer desequilíbrio que cria, custa muito, em subsídios. Dar benefícios aos campeões setoriais é caro.

Desigualdade. No Brasil, a renda cresceu com mais força na base. Foi a beleza do crescimento brasileiro. Na maioria dos países, quem tem mais educação aumenta mais a renda. No Brasil, aumentou o número de pessoas com mais educação, mas os ganhadores foram as pessoas com baixa escolaridade. As pessoas que tinham ocupação na construção civil, no emprego doméstico tiveram, pelo reajuste do salário mínimo, um ganho extra de renda, que é parte do crescimento social inclusivo do país.

Um passo atrás. Talvez não seja apenas dar um passinho para trás. O Brasil deu reajuste para o salário mínimo forte quando já se falava de reforma. Foi uma contrar-reforma, que não fazia o menor sentido. Qualquer passo atrás, tem direito adquirido, determinações da Constituição, como a que diz que o valor real das aposentadorias tem que ser mantido. Não define qual deva o indexador (INPC, aumento do PIB) mas a referência tem que ser mantida. Então, a gente está indo em direção ao muro, as pessoas estão avisando, e o país continua como se não houvesse amanhã.

Crise econômica. O ponto crítico da crise foi meados de 2016, com a renda caindo 6%, sob estagflação: inflação alta e desemprego alto. Aí, o Banco Central fez o dever de casa, com a ajuda da super safra, a inflação caiu e houve um ganho (de renda). A renda do trabalho já está crescendo 3,6% (trimestre contra trimestre) para a expectativa de crescimento do PIB de 3%. Só que a desigualdade está aumentando. Isso atrapalha a economia, a recuperação e o bem estar social. E pode gerar problema político também.

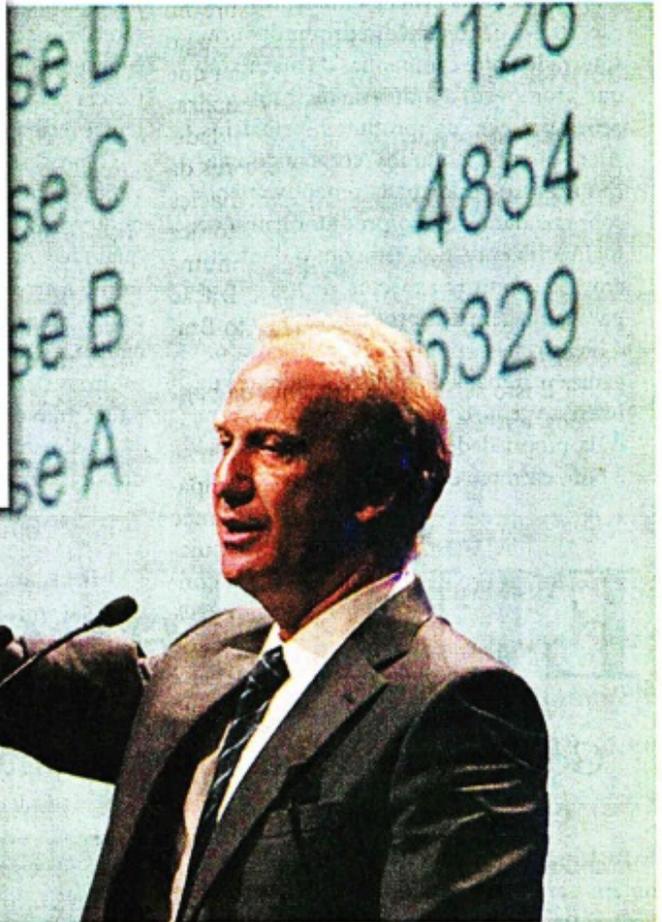
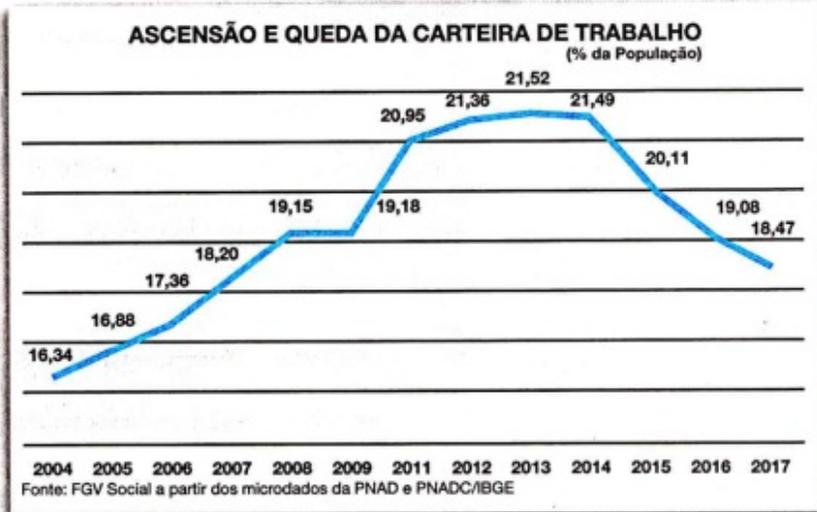
Emprego. O herói da retomada foi o

Banco Central. Agora não vai ter outra desinflação. Para gerar crescimento, vai ter que ser pela queda do desemprego, o desafio imediato. No longo prazo, o problema do Brasil não vai ser emprego, sobretudo qualificado. Será a falta de mão de obra, porque o bônus demográfico está acabando. O caso é mais sério no Rio, onde o ápice do bônus demográfico foi em dezembro de 2016. Aqui, a demografia já está jogando contra. A População em Idade Ativa (PIA, pessoas entre 15 e 65 anos) como proporção da população já está caindo. No Brasil, começa a cair em 2023 de forma significativa.

Rio de Janeiro. São três Rios: o estado, a região metropolitana e a capital. A crise chegou primeiro à periferia, na Baixada Fluminense, e agora tem uma boa notícia. Lá, a renda e o emprego já estão voltando a se recuperar. O município do Rio foi o que mais cresceu até meados de 2016. Depois caiu no abismo. Vinha de 50 anos de decadência, mas chegou ao ápice no segundo trimestre de 2016. Foi a capital que mais cresceu nos 27 trimestres antes das Olimpíadas. A gente subiu no Olimpo e se jogou no precipício, em queda livre. Esse é um problema do Rio: sempre morre no fim do filme. Temos dificuldade de lidar com o sucesso.

Ciclos políticos. Todo ano de eleição é expansionista. Você anuncia que é conservador e expande, gera uma surpresa. Então, 2018 vai ser melhor e 2019 vai ser pior. É do ciclo político. Só teve uma eleição em que a renda não caiu no ano seguinte: 2007. Em 2007 e 2010 não houve o ajuste depois. Acumulamos desequilíbrio e, em 2015, tivemos um ciclo invertido. (O governo) falou que seria expansionista e colocou o Joaquim Levy de ministro da Fazenda. Foi um ciclo político invertido, que causou um grande mal estar.

Agenda de futuro. A agenda da juventude é difícil no mundo todo porque jovem é um sujeito que não é entendido pelos pais, por ele mesmo e muito menos pelos governos, em qualquer nível. É onde estamos perdendo a guerra, com violência, acidentes de trânsito, drogas, prisões, gravidez precoce. E o mais grave é que a agenda de juventude é um problema dos estados: violência, emprego, trânsito, prisões são agendas dos estados, e eles estão muito mais falidos que os municípios, e vão perder receita porque as atividades geradas pela nova economia, como as do Uber, irão para os municípios. Falta coordenação sobre uma questão vital para o futuro do país.



O consumo da classe C cresceu com o aumento do emprego com carteira assinada. Na crise, a fatia dos trabalhadores formais na população voltou a níveis de 2007.

Neri dá a receita para o Brasil voltar a crescer

Para o economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, o aumento da produtividade e a reforma fiscal são essenciais para o país voltar a crescer com avanço social. **Pág.13**